

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.323.089 - TO (2018/0168184-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **JOÃO ALUISIO PICOL**
AGRAVADO : **SELMA DOCKORN WEISS**
AGRAVADO : **ARI WEISS**
ADVOGADOS : **RODRIGO DE CARVALHO AYRES - TO004783**
: **JOSANILTON GUALBERTO SILVA - TO006665**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO QUE NÃO FOI APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PRESSUPOSTO LÓGICO DA TESE RECURSAL. SÚMULA 284/STF. TESE RECURSAL QUE PARTE DE PREMISSA FÁTICA EXPRESSAMENTE REJEITADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por JOÃO ALUISIO PICOL contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Tocantins que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação do artigo 1.012, §§ 1º, incisos I a VI, e 2º, do Código de Processo Civil e dos artigos 476 e 884 do Código Civil. Entende que à "*luz de todos os documentos constantes dos autos, extraíram-se todos os requisitos para a concessão do efeito suspensivo, entretanto, o mesmo não foi concedido*". Sustenta que a decisão recorrida "*sujeitou o ora Recorrente a medida injusta e praticamente irreversível, tendo em vista que a rescisão do contrato com a consequente reintegração da posse*

aos ora Recorridos, causará ao Recorrente incontáveis danos, o que não deve subsistir". Após discorrer sobre os prejuízos que entende decorrer da rescisão do contrato de arrendamento, afirma que "não haveria qualquer prejuízo aos Recorridos uma vez que todos os pagamentos das safras subsequentes à ora em discussão (2012/2013) foram devidamente adimplidas de forma antecipada, estando, pois, o Recorrente adimplente, estando em aberto somente o pagamento objeto de ação e agora de recurso".

Afirma que "o Recorrido também tinha uma dívida com o Recorrente, adquirida em 21/02/2012, ou seja, anteriormente à dívida formada pelo Réu, em 30/04/2013, o que tornou possível a realização da compensação, devido o inadimplemento da primeira dívida adquirida, conforme foi reconhecido de maneira parcial pelo Juiz a quo", de modo que "do valor total que o Recorrente deveria adimplir, referente à safra 2012/2013, após a compensação de débitos e créditos, restou-se o valor de R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais), isso definido e delimitado pela sentença". Afirma que "com a finalidade de demonstrar o devido adimplemento das cláusulas contratuais, por parte do ora Recorrente, foi juntado aos autos no dia 23/02/2016, o comprovante de pagamento parcial e antecipado da safra 2015/2016 (evento 41), que iria vencer somente no dia 30/04/2016, totalizando 757,53 sacas de soja das 1.800".

Sustenta que "diante do não cumprimento, por parte dos Recorridos, do contrato realizado ainda no ano de 2012, o Recorrente não se encontra obrigado ao cumprimento do contrato firmado com àqueles em 2013", entendendo que o "instituto da compensação" seria "a melhor forma de resolver a situação". Afirma que "não há que se falar em rescisão contratual nem mesmo em reintegração da posse do imóvel arrendado, pois o contrato pactuado está sendo devidamente cumprido por parte do Recorrente, nas datas e prazos previamente acordados, constando em aberto apenas a safra objeto de ação e agora de recurso, de forma que não pode ser adimplida sem que se tenha um posicionamento jurídico transitado em julgado". Afirma que

"a rescisão do contrato com a consequente reintegração da posse aos ora Recorridos, causará ao Recorrente incontáveis danos, uma vez que, como visto, este realizou investimento para efetivar a plantação na fazenda arrendada".

Destaca que na *"Sentença proferida na Ação de Cobrança, a qual a Desembargadora Relatora se referiu quando proferiu o seu Voto, o Juízo de primeiro grau ao analisar os documentos acostados à inicial, no tópico 'Da Possibilidade de Compensação', entendeu que houve a anuência expressa de ambos os sócios pela compensação do débito, sendo, portanto, possível a compensação".*

Este recurso, todavia, sequer comporta conhecimento.

No que tange à alegada violação do artigo 1.012 do Código de Processo Civil, a questão não foi apreciada pelo Tribunal de origem, encontrando o conhecimento do recurso óbice na Súmula 282/STF.

Para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Na espécie, a questão suscitada no agravo interno, a concessão de efeito suspensivo à sua apelação, não foi apreciada pelo Tribunal de origem. Observe-se que o Tribunal de origem simplesmente procedeu ao julgamento da apelação, motivo pelo qual restou prejudicada a questão. Transcrevo o trecho pertinente:

"Prejudicado encontra-se o agravo interno dirigido à decisão indeferitória de efeito suspensivo do recurso de apelação (art. 493, do CPC/15). Homenageia-se, assim, o princípio da efetividade aplaudido pela lei adjetiva (art. 1º e 4º do CPC/15), já agraciado pela CF (art. 5º, XXXV e LXXVII), que prescreve o acesso à justiça, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, no intuito de assegurar aos jurisdicionados um acesso efetivo." (e-STJ fls. 222)

Assim, não há que se falar em prequestionamento.

Ademais, como já pontuara o Tribunal de origem, a discussão sobre a alegada violação do artigo 1.012 do Código de Processo Civil resta prejudicada. Ainda que se pudesse reconhecer a presença dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo à apelação neste momento, já tendo o Tribunal de origem julgado este recurso, a decisão não produziria qualquer efeito.

No que tange à alegada violação do artigo 884 do Código Civil, é patente a deficiência das razões recursais, encontrando o recurso óbice na Súmula 284/STF.

Há de se observar que incumbe à parte, no momento em que interpõe o recurso especial, demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstrem como, de fato, isto ocorreu. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste. As razões recursais invariavelmente apresentarão estes dois elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

Se o recorrente alega que teria sido violado o artigo 884 do Código Civil, constitui verdadeiro pressuposto lógico de sua tese recursal a indicação de enriquecimento sem causa. Nada obstante, o que se observa é que não há nas razões recursais uma única palavra destinada a explicar como os recorridos teriam enriquecido às suas custas.

Destaque-se que o recorrente limita-se a enunciar quais seriam os prejuízos que teria em virtude da rescisão do contrato e a consequente reintegração de posse, mas em nenhum momento discorre sobre como disto os recorridos teriam enriquecido. Cumpre notar que não há correlação direta entre

os alegados prejuízos e o enriquecimento dos recorridos, razão pela qual não há como compreender como o referido dispositivo legal teria sido violado.

No que tange à alegada violação do artigo 476 do Código Civil, é patente a incidência da Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, torna-se imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

Não se ignora que a discussão sobre prova tem sido admitida por este Tribunal Superior, mas tal hipótese é restrita aos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão. Assim, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Na espécie, o recorrente claramente parte de uma premissa fática expressamente rejeitada pelo Tribunal de origem ao argumentar como se restasse comprovado nos autos que "*o Recorrido também tinha uma dívida com o Recorrente, adquirida em 21/02/2012, ou seja, anteriormente à dívida formada pelo Réu*". Antes de prosseguir, transcrevo o trecho pertinente do acórdão recorrido:

"Extrai-se do caderno processual que a sentença não aceitou o pagamento alegado pelos apelantes, pois as mercadorias não teriam sido efetivamente entregues aos apelados. De qualquer forma, a dívida não seria líquida, o que impede qualquer compensação, pois o artigo 369 do Código Civil positiva que

se efetuará a compensação entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis. Entretanto, ao compulsar os autos, não há provas acostadas de que os créditos que os apelantes dizem ter para com os apelados possuam liquidez, aliás, o ajuizamento da ação ordinária de cobrança leva justamente à conclusão no sentido oposto.

(...)

Verifica-se que na ação de cobrança que a empresa BERTHOLDI E PICOLI LTDA – ME (e não os apelantes) move em desfavor do apelado ARI WEISS, a mesma restou julgada improcedente (evento 65, dos autos n. 5000407-07.2013.827.2727), desimportando a ausência de trânsito em julgado, já que a fundamentação da sentença combatida conclui no mesmo sentido da inexistência de tal dívida. Portanto, além de não haver liquidez para a possibilidade de compensação de dívidas, não há sequer o crédito a ser compensado." (e-STJ fls. 223/224)

Como se pode notar, o Tribunal de origem expressamente rejeitou a existência do crédito alegado pelo recorrente. Resta claro que a discussão não diz respeito ao substrato jurídico pertinente ao caso, mas sim ao substrato fático, bastando para tanto observar que a reforma do acórdão recorrido decorreria da desconstituição da premissa fática acima indicada, não da atribuição de qualificação jurídica distinta a um fato reconhecido como verdadeiro no acórdão.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NÃO CONHECER do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator